



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0010521-97.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de: **CF, IP - 219/2017 - 3º Distrito Policial de Araraquara,**
 Origem: **219/2017 - 3º Distrito Policial de Araraquara**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Icaro Willian de Moraes**
 Artigo da Denúncia: **Art. 180 "caput" do(a) CP**

Justiça Gratuita

Em 15 de outubro de 2018, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal, na Comarca de Araraquara, no Foro de Araraquara, Estado de São Paulo, presentes o Excelentíssimo Sr. Dr. **Carlos Eduardo Zanini Maciel**, MM. Juiz de Direito, a representante do Ministério Público, **Dra. Morgana Budin Demetrio**, o réu Icaro Willian de Moraes, acompanhado pelo Defensor Público, Dr. **Adriano Lino Mendonça**. Pelo MM. Juiz foi dito: “Durante a audiência, o acusado foi mantido algemado por absoluta necessidade. Na data de hoje, neste Fórum, realizam-se outras audiências criminais com réus presos, sendo o contingente policial insuficiente para a garantia da segurança dos presentes. Por fim, este prédio encontra-se em obras, o que tem favorecido, sobremaneira, a fuga de custodiados. Nesta esteira, a manutenção das algemas é medida absolutamente imprescindível.” Iniciados os trabalhos, foi o réu interrogado, pelo sistema de gravação em mídia digital, nos termos das Leis nº 11.419/06 e nº 11.719/08. As partes poderão ter contato com o registro das gravações, a teor do §2º, do artigo 405, do Código de Processo Penal, sendo desnecessária a transcrição. A gravação da audiência poderá ser visualizada no Portal e-SAJ do Tribunal de Justiça de São Paulo (<http://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/open.do>), estando disponível no respectivo Termo da Audiência (Movimentações/Audiências), 24 horas após a sua realização. Pelas partes nenhuma diligência foi requerida. Após, não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi dito que dava por encerrada a instrução processual. **Dada a palavra à Promotora de Justiça, assim se manifestou: "ÍCARO WILLIAN DE MORAES, é**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

processado por violar o art. 180, “caput”, do Código Penal; é dos autos que na data de 02 de julho do ano 2017, por volta das 19h:35 minutos, nesta cidade, elementos desconhecidos praticaram crime de roubo contra a vítima Júlio Cesar Perez, oportunidade em que subtraíram dentre outros objetos um aparelho celular Motorola Moto G, na cor preta (BO a fls. 17/18). Em data de 31 de agosto do ano 2017, por volta das 13h:58min, policiais militares em patrulhamento efetuaram a abordagem de ICARO, na rua Maurício Galli, nº 4499, nesta cidade, oportunidade em que, em poder do mesmo, lograram apreender o celular citado, que logo identificaram produto do roubo. Segundo o apurado, na data dos fatos os policiais militares foram acionados a comparecer nesse local, ante notícia de que ali havia quatro pessoas em atitude suspeita. Chegando ao local, abordaram ICARO na posse do celular. Indagado, ele alegou que havia comprado o celular de um desconhecido, do qual não souber indicar nome, características ou local onde seria encontrado, pela quantia de R\$ 100,00; disse, ainda, que pagaria outros R\$ 50,00 após receber a nota fiscal. Apuraram, então, que em data incerta, entre 02 de julho e 31 de agosto do ano 2017, em transação realizada nesta cidade, em local incerto, o réu adquiriu o aparelho, ciente de que era produto de crime. A vítima foi ouvida e confirmou o furto do aparelho; tempos depois foi até a Delegacia, onde lhe foi apresentada uma pessoa em cuja posse fora apreendido seu celular, a qual, contudo, não reconheceu como autor do crime antecedente; obteve a devolução do aparelho. De igual modo as testemunhas ouvidas ratificaram a denúncia. Interrogado, Icaro afirmou ter adquirido o aparelho, mas negou conhecimento da origem; disse que o adquiriu de um elemento desconhecido, por 150 reais; pagou 100 reais e ficou de pagar 50 quando da apresentação da nota, o que não ocorreu; uma semana depois foi detido e não teve mais contato com a pessoa. O aparelho foi avaliado a fls. 46, em R\$ 400,00. Foi apreendido e entregue a vítima, de acordo com auto de exibição e apreensão de fls. 19/20 e auto de entrega de fls. 44. Encerrada a instrução, é caso de procedência da ação penal, eis que os fatos denunciados restaram demonstrados. O réu admitiu a aquisição e de um elemento desconhecido, em transação que realizou sem qualquer documentação. A ciência da natureza criminosa do bem se extrai das condições em que adquirido (de pessoa desconhecida, sem qualquer documentação, na via pública e por preço bastante inferior ao seu real valor). Assim, a procedência da ação penal se impõe, com a condenação nos termos da denúncia." **A**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

seguir, foi dada a palavra ao defensor(a) do acusado que assim se manifestou: "MM Juiz, *Ícaro Willian de Moraes* foi denunciado como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, porque, supostamente, adquirira um aparelho celular que era produto de crime. A atividade probatória da acusação se restringiu a comprovar que o objeto encontrado na posse do acusado pertencia à vítima de crime patrimonial. Contudo, competia à acusação a prova relativa ao dolo de receptar o produto de crime. Interrogado, o réu informou que não tinha conhecimento da origem ilícita do objeto; inclusive ele informou ter exigido documento comprobatório da propriedade. Logo, ante a debilidade da prova produzida, a absolvição do acusado é medida impositiva, na linha do artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Por fim, a imputação dirigida ao acusado consistiria em adquirir um aparelho celular sem exigir documentação de propriedade. Referida conduta configuraria, em tese, uma ação negligente, de modo a tipificar o crime do artigo 180, §3, do Código Penal. Caso não seja acolhida a tese absolutória, subsidiariamente, em atendimento aos princípios da eventualidade e da ampla defesa, requer-se: 1) presentes os requisitos do artigo 155, §2º do CP, na forma do artigo 180, §5º, do CP, requeiro o reconhecimento da forma privilegiada do crime, aplicando-se a pena de multa de maneira isolada; 2) fixação da pena no mínimo legal, isso porque as circunstâncias judiciais são inteiramente favoráveis; 3) fixação de regime aberto, por coerência com a pena aplicada; 4) Ademais, na hipótese de aplicação de pena privativa de liberdade, presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal cabível a substituição da pena corporal por restritiva de direitos." **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "**Vistos. ÍCARO WILLIAN DE MORAES**, qualificado nos autos, está sendo processado como incurso nas sanções previstas no **art. 180, caput, do Código Penal**, por haver, segundo a denúncia ministerial, em data e horário incertos, no período compreendido entre os dias 02 de julho e 31 de agosto de 2017, em local indeterminado neste município de Araraquara, adquirido, em proveito próprio, um aparelho de telefone celular Motorola/Moto G, na cor preta, avaliado em R\$ 400,00 e pertencente a *Júlio César Perez*, sabendo que se tratava de produto de crime. Lavrado o auto de prisão em flagrante (págs. 02/11 e 57/66), o acusado foi qualificado (pág. 23), identificado (págs. 25/28), pregressado (pág. 24) e recebeu nota de culpa (págs. 21/22 e 67/68), tendo ocorrido a soltura no dia seguinte (págs. 88/89), em razão da concessão do benefício da liberdade provisória (págs. 84/86). Recebida a peça


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

acusatória de págs. 92/93, acompanhada dos inclusos autos de inquérito policial (págs. 01/52), por decisão proferida em 25 de outubro de 2017 (pág. 107), o réu foi pessoalmente citado (pág. 112) e ofereceu defesa inicial (págs. 115/118), afastando-se, na sequência, a questão preliminar suscitada e o cabimento da absolvição sumária (págs. 120/122). Nesta e nas anteriores audiências de instrução designadas (págs. 160/161, 177/183 e 193), colheram-se as declarações da vítima (pág. 162) e foram inquiridas duas testemunhas arroladas por ambas as partes, procedendo-se, então, ao interrogatório do acusado. Durante os debates, o Ministério Público requereu, em alegações finais, a condenação do réu nos termos da denúncia, ao passo que a Defesa pugnou pela absolvição dele por ausência de prova do dolo e, subsidiariamente, pela reclassificação do fato para a modalidade culposa, além da fixação de eventual reprimenda na forma mais branda admissível. Encontram-se, ainda, no presente caderno processual digital, o auto de exibição e apreensão (págs. 19/20), o auto de entrega (pág. 45), o auto de avaliação (pág. 47), bem como a folha de antecedentes do acusado (pág. 80) e as certidões cartorárias pertinentes (págs. 81/82, 98/100 e 102). **É o relatório. Fundamento e decido.** Procede a pretensão punitiva deduzida, uma vez que restou comprovado nos autos que o réu praticou o crime que lhe é imputado. Com efeito, materialidade e autoria delitivas são indúvidas. Os policiais militares Thiago Pereira Marques e Paulo Vinicius Negri da Silva relataram que, acionados para averiguação de indivíduos em atitude suspeita, dirigiram-se para o local informado e abordaram o acusado, encontrando em seu poder o aparelho telefônico referido, o qual, consultado o respectivo IMEI, apuraram se tratar de produto de roubo, tendo ele alegado, de acordo com o segundo, e apesar do esquecimento do primeiro, tê-lo comprado de um desconhecido, mediante o pagamento da quantia de R\$ 100,00. Pressuposto da infração penal em voga, o roubo deste equipamento, determinante de sua origem criminosa, foi confirmado pelo ofendido Júlio César Perez na fase investigatória e em juízo, tendo ele reconhecido o aparelho apreendido em poder do réu, esclarecendo que o mesmo lhe pertencia e foi roubado do seu estabelecimento comercial. Não há razão alguma para desacreditar-se da palavra da vítima e das testemunhas inquiridas, já que as declarações fornecidas foram, no essencial, seguras e coerentes, em ambas as fases da persecução penal, merecendo plena confiança, e inexistente qualquer elemento suscetível de infirmar a sua idoneidade ou motivo concreto que possa justificar algum interesse em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CRIMINAL**

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

prejudicar gratuitamente o denunciado, nada havendo nos autos, logo, que possa comprometer sua credibilidade. É certo que o réu repeliu, sempre que interrogado, o cometimento da infração, assumindo que realmente comprou tal telefone móvel, junto a um indivíduo desconhecido com quem se encontrou na via pública, não sabendo informar nem o seu nome ou endereço, mediante o pagamento da quantia de R\$ 100,00 no ato e o compromisso de pagar a importância remanescente de R\$ 50,00 com a entrega da nota fiscal, o que não ocorreu, já que foi preso na semana seguinte, porém, não tinha conhecimento, nem desconfiou da procedência ilícita deste produto. Entretanto, a sua negativa restou isolada no quadro probatório disponível, não merecendo prosperar, já que as condições do indigitado negócio celebrado ensejam a convicção de que tinha ele ciência da respectiva proveniência espúria. A pesquisa do estado de consciência do agente acerca da procedência delituosa de bens por ele possuídos, por invadir sua esfera pessoal mais íntima, revela-se repleta de dificuldades. À falta de expressa confissão neste sentido, deveras rara, impõe-se verificar o comportamento exterior daquele, bem como se dedicar à análise criteriosa da realidade que exsurge dos autos, os quais, no presente caso, autorizam a conclusão de que o réu sabia que o aparelho telefônico adquirido era produto de crime. Assim é que a narrativa evasiva do mesmo a respeito das circunstâncias da obtenção da posse correspondente permitem estabelecer que tinha ciência de que se tratava de fruto de atividade delitiva. Neste sentido, demonstrou o acusado injustificável ignorância de dados qualificativos do indivíduo que teria realizado a venda do produto, sequer declinando o seu primeiro nome ou endereço, tendo se limitado a fornecer apenas característica física insuscetível de viabilizar a respectiva identificação, não se prestando nem mesmo a permitir a distinção entre pessoa real e figura de sua imaginação, a evidenciar o intuito de esconder a respectiva identidade, com a finalidade, por certo, de acobertar a ação criminosa de que proveio a aquisição do bem. Cabe ponderar, ademais, que a oferta de um equipamento que tal, sem que o vendedor exibisse a documentação pertinente ou mesmo se identificasse adequadamente, por um preço notoriamente abaixo do praticado no mercado, revelando desprendimento que se verifica usualmente apenas em relação a coisas obtidas sem esforço pessoal, transmite, a qualquer pessoa com mínimo discernimento, por mais inocente que possa ser ou queira parecer, uma tal noção, ressaltando-se que o valor que informou haver pago para transmissão da posse ampara a crença de que houve a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

fixação do reduzido custo diante do conhecimento da origem criminosa da coisa. Neste contexto, impõe-se reconhecer que o réu, por todos estes elementos, sabia que o objeto que adquiriu era oriundo de ato ilícito penal, estando plenamente configurado o elemento subjetivo do tipo do crime de receptação dolosa, não tendo cabimento, logo, a desclassificação postulada da conduta para a respectiva modalidade culposa. A propósito do tema, e em abono ao vigor da posição ora adotada, assim se manifesta a jurisprudência dominante, *in verbis*: “*Conquanto a condenação por receptação dolosa exija que o agente tenha prévia ciência da procedência criminosa da coisa adquirida, essa ciência, porque estágio meramente subjetivo do comportamento, é de sutil e difícil comprovação, razão pela qual deve ela ser inferida das demais circunstâncias que lindaram o fato infracional e da própria conduta do acusado*” (TACRIM-SP - Ap. - Rel. Barbosa de Almeida - j. 28.03.1996 - RJTACrim 30/63). “*Para a afirmação do tipo definido no art. 180 do CP, é indispensável que o agente tenha prévia ciência da origem criminosa da coisa. No entanto, tratando-se de um estágio do comportamento meramente subjetivo, é sutil e difícil a prova do conhecimento que informa o conceito do crime, daí por que a importância dos fatos circunstanciais que envolvem a infração e a própria conduta do agente*” (TACRIM-SP - AC - Rel. Renato Mascarenhas - JUTACRIM 83/242). “*Receptação - Agente que recebe automóvel de desconhecido para conduzi-lo a outrem - Placas adulteradas - Oculta documentação - Presunção de origem espúria - Dolo evidenciado - “O dolo específico constante no art. 180, caput, do CP, vazado no conhecimento prévio da origem criminosa da res, deve ser auferida através do exame de todas as circunstâncias que cercam o seu recebimento ou do exercício da posse propriamente dita*” (TACRIM-SP - AC - Rel. Ribeiro dos Santos - BMJ 86/15). Neste cenário, a prova oral produzida sob as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sobre ser plenamente válida, reveste-se da robustez necessária a embasar um decreto condenatório, revelando de forma inequívoca o cometimento do ato ilícito atribuído à parte demandada. De se observar, ainda, a aplicabilidade do benefício previsto no § 2º, do art. 155, do Código Penal, combinando com o art. 180, § 5º, segunda parte, do mesmo diploma legal, em atenção à primariedade do réu à época e considerando que o valor correspondente não superou o montante do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, adequando-se ao limite que autoriza a admissão de sua pequenez segundo doutrina e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

jurisprudência dominantes. Diante de elementos de convicção que tais, não resta dúvida de que a conduta do acusado se amolda, perfeitamente, ao tipo penal mencionado na petição inicial, sendo sua condenação medida que se impõe, já que ausentes circunstâncias que excluam o crime ou causas que extingam a sua punibilidade. Firmada a responsabilidade penal, passo à dosagem da reprimenda que julgo aplicável, nos moldes estabelecidos no art. 68, do Código Penal. Atento às diretrizes definidas no art. 59, do mesmo Código, e considerando que não há nos autos elementos concretos que ensejem a valoração das circunstâncias nele previstas em desfavor do réu, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 01 ano de reclusão e multa de 10 dias-multa, anotando-se que não é admissível o respectivo recrudesimento em função da existência de outros processos em andamento ainda sem desfecho condenatório, em conformidade com a orientação consolidada na Súmula nº 444, do C. Superior Tribunal de Justiça. Estabelecidas as sanções básicas no patamar mínimo admitido, deixo de aplicar a redução proporcionada pela presença da atenuante genérica da menoridade relativa (art. 65, inc. I, primeira parte, do CP), uma vez que não é viável a diminuição aquém do piso nesta fase, conforme orientação consolidada pelo C. Superior Tribunal de Justiça através da Súmula nº 231. Verificando, na sequência, a incidência da minorante destacada, diminuo a reprimenda, observando o grau de reprovabilidade do comportamento, em especial a expressão econômica do bem e a sua posterior recuperação, em 2/3 (dois terços), razão pela qual lhe imponho, em caráter final, à minguia de outras causas de modificação, as penas de 04 meses de reclusão e multa de 03 dias-multa. Deverá a pena privativa de liberdade aplicada ser cumprida inicialmente em regime aberto, por força da respectiva dimensão, associada à primariedade do acusado, nos termos do art. 33, § 2º, alínea “c”, do citado diploma legal, o que aqui se consigna por determinação legal (art. 59, inc. III, do CP) e para a hipótese de revogação das penalidades restritivas de direitos, sobre as quais ora se discorrerá. Presentes os requisitos contemplados no art. 44, do Código Penal, substituo tal sanção, observado o disposto no respectivo § 2º, por uma pena restritiva de direitos, qual seja, prestação pecuniária, consistente no pagamento da quantia equivalente a um salário mínimo nacional vigente ao tempo dos fatos em favor de entidade pública ou privada com destinação social, em consideração aos modestos rendimentos declinados, à condição de detento e à falta de outros dados seguros acerca de sua capacidade econômica. Quanto à penalidade


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

pecuniária, definido o montante de 03 dias-multa, arbitro o valor desta unidade em 1/30 do maior salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, tendo em conta os mesmos informes. Faculto-lhe, por derradeiro, aguardar solto, por este feito, ao julgamento de eventual recurso, tendo em vista que permaneceu neste estado durante todo o processo e não surgiram motivos concretos que justificassem a decretação da prisão provisória, bem como considerando a natureza da reprimenda aplicada, cujo cumprimento não ensejará o recolhimento ao cárcere. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido veiculado na demanda penal proposta, para condenar **Ícaro Willian de Moraes**, portador do R.G. nº 58.523.856-X SSP/SP (ou 71.814.990), filho de Solange Aparecida de Moraes, nascido em São Carlos/SP em 07/11/1998, por incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal, às penas de **04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e multa de 03 (três) dias-multa, ao valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, incidindo correção monetária desde então até o efetivo pagamento, substituída a pena privativa de liberdade imposta por prestação pecuniária, consistente no pagamento do valor equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional então vigente, com atualização monetária na forma acima estabelecida, em favor de entidade pública ou privada com destinação social, também a ser definida naquela sede**, reconhecendo-lhe, por fim, o direito de apelar em liberdade. Oportunamente, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e expeça-se guia de execução, comunicando-se a condenação à vítima, à Justiça Eleitoral e ao IIRGD. Não evidenciado se tratar de instrumento ou produto de delito, autorizo a liberação dos objetos que ainda continuam apreendidos, desde que comprovada a respectiva titularidade, facultada a inutilização na ausência de pleito que tal. Arcará o acusado com o pagamento das custas processuais no valor equivalente a 100 (cem) UFESPs, nos termos do art. 4º, § 9º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 11.608/2003, ficando a suspensão a respectiva exigibilidade, todavia, enquanto não implementada a condição prevista no art. 98, § 3º, do novo Código de Processo Civil, por força dos benefícios da assistência judiciária gratuita outrora deferidos (pág. 122). **Publicada em audiência. Comunique-se e intime-se. Saem intimadas as partes presentes. Nada mais.” Este termo é assinado eletronicamente pelo MM. Juiz, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1.269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CRIMINAL

Rua dos Libaneses, 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Estado. Pelo réu foi declarado que não se conformava com a sentença proferida e que dela quer apelar para a Superior Instância, requerendo seja seu recurso recebido e processado na forma da lei. Pelo MM. Juiz foi dito que recebia o recurso e determinava o processamento oportunamente. Eu, Douglas Vaz De Campos Melo, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Dra. Promotora:

Dr. Defensor:

Réu: